

B) 297
PROP.
DURB
DIGU



MUNICÍPIO DE SETÚBAL
CÂMARA MUNICIPAL

REUNIÃO Nº 08/2022

PROPOSTA

Nº 204/2022/DURB/DIGU

Realizada em 06/04/2022

DELIBERAÇÃO Nº 1273/2022

Assunto: Processo N.º439/20 **Titular do Processo:** ASSERTIVITY POWER INVESTIMENTOS IMOBILIARIOS LDA

Requerimento N.º :9405/21

Requerente: ASSERTIVITY POWER INVESTIMENTOS IMOBILIARIOS LDA

Local: RUA GERALDO CASQUINHA 29

Freguesia: GAMBIA-PONTES-ALTO GUERRA

O Técnico: SANDRA ISABEL PARREIRA CHAINHO

Data:30/3/2022

PROPOSTA DE: Concessão de licença de construção condicionada, para construção de conjunto habitacional de 5 moradias unifamiliares em P.H.

Veio a titular do processo, apresentar os projetos de especialidades, ao abrigo do disposto no n.º 4 do artigo 20º do Decreto-lei n.º 555/99 de 16/12, com a atual redação em vigor.

Trata-se do prédio urbano, inscrito sob o artigo 3340.º da freguesia de Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra, com a área de 3 175,94m2.

Pretende-se a construção de 5 moradias unifamiliares, com dois pisos, garagem em cave, telheiro com churrasqueira e terraço com acesso pedonal à zona de lazer comum e muros de vedação confinantes com a via pública, cujo projeto de arquitetura foi aprovado por despacho de 19/05/2021.

Foram apresentados os projetos de especialidades, os quais encontram-se devidamente instruídos, à exceção do projeto de drenagem pluvial, o qual deverá dar cumprimento ao art.º 6.º do REUMS.

Nos termos do n.º 8 do artigo 20º do RJUE, as declarações de responsabilidade dos autores dos projetos, quanto ao cumprimento das disposições legais e regulamentares aplicáveis e comprovada a sua inscrição em associação pública, constituem garantia bastante do cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis, excluindo a sua apreciação prévia.

Assim, face ao exposto, propõe-se que:

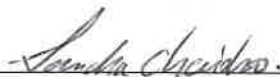
A Câmara Municipal de Setúbal delibere, ao abrigo das disposições conjugadas da alínea y) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação em vigor, e nos termos o n.º 1 do artigo 5.º do RJUE, a **concessão da licença de construção**, ficando a emissão deste título condicionada:

- i. À correção do projeto de drenagem pluvial, de forma a dar cumprimento ao art.º 6.º do REUMS;
- ii. Ao pagamento da Taxa de Reforço de Infraestruturas Urbanísticas (TRIUI), no valor de 49 305,60 €, se verificadas as condições referidas nos **n.ºs 4 e 5 do art.º 22.º do RTORMS 2022**, o valor da TRIUI a liquidar já com os **20% de redução, é de 39 444,48 €** (trinta e nove mil, quatrocentos e quarenta e quatro euros e quarenta e oito centimos);
- iii. Ao pagamento da taxa de não cedência de áreas a integrar no domínio público, no valor de **153 881,00 € (cento e cinquenta e três mil, oitocentos e oitenta e um euros)**;
- iv. Ao pagamento da taxa de Mais-valia no valor de **1 473,50 €** (mil quatrocentos e setenta e três euros e cinquenta centimos), conforme previsto no D.L. 46950 de 9 de abril de 1966.

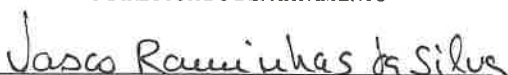
Nos termos do disposto no artigo 76.º do RJUE, no prazo de um ano, a contar da data da notificação do presente ato de licenciamento, deve ser requerida a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito, nos termos do art.º 3 da Portaria n.º 216-E/2008, de 03 de março.

Mais se propõe a aprovação em minuta da ata referente à presente deliberação, de acordo com o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

O TÉCNICO



O DIRECTOR DO DEPARTAMENTO




O CHEFE DE DIVISÃO




O PROPONENTE



APROVADA / REJEITADA por :  Votos Contra;

 Abstenções;

 Votos a Favor.

Aprovada em minuta, para efeitos do disposto dos n.ºs 3 e 4, do art. 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

O RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DA ACTA



O PRESIDENTE DA CÂMARA

